ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem por objecto:

- a) Actividades de hotelaria;
- b) Exploração de cafés, restaurantes e similares;
- c) Actividades de turismo.

2 — A sociedade pode, por simples deliberação da assembleia geral, adquirir participações sociais de outras sociedades, ainda que com objecto distinto do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e ainda participar em consórcio e agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e corresponde à soma de seis quotas, uma no valor de mil euros pertencente ao sócio Manuel António Veiga de Oliveira Barbosa, outra no valor de mil e trezentos euros pertencente ao sócio José Maria Gião Amaro Barbosa, outra no valor de mil e trezentos euros pertencente à sócia Alcina Maria Saraiva Veiga de Oliveira, outra no valor de seiscentos euros pertencente à sócia Maria Bárbara Veiga de Oliveira Barbosa, outra no valor de duzentos euros pertencente à sócia Sabine Claire Lydie Place e outra no valor de seiscentos euros pertencente ao sócio Erwin Johan Frans Suzanne de Spiegeleire.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares até ao montante global equivalente a cem vezes o capital social, desde que deliberado por unanimidade dos votos representativos de todo o capital.

ARTIGO 6.º

Os actos que envolvam obrigações ou responsabilidades para a sociedade em montante superior ao seu capital social, terão que ser previamente autorizados em assembleia geral, necessitando para o facto, de votos correspondentes a, pelo menos, oitenta por cento do capital social.

ARTIGO 7.º

1 — A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, ficará a cargo do sócio Manuel António Veiga de Oliveira Barbosa, desde já nomeado gerente.

2 — Mediante deliberação da assembleia geral, poderão ser constituídos e nomeados gerentes ou procuradores da sociedade.

3 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a assinatura de um gerente.

4 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participações nos lucros da sociedade.

ARTIGO 8.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos casos seguintes:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Sempre que a quota seja arrolada, arretada, penhorada ou incluída em massa falida ou insolvente;
- c) A quota seja cedida sem consentimento da sociedade, fora dos casos previstos no n.º 2 do artigo 228.º do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 9.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

2 de Junho de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Maria José dos Reis Paixão Mantas*. 1000261217

JANELA INDISCRETA — SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO, L.ª

Sede: Rua de Francisco José Mareco, 1, rés-do-chão, Montemor-o-Novo

Conservatória do Registo Comercial de Montemor-o-Novo. Matrícula n.º 00451/900312; identificação de pessoa colectiva n.º 502375051; averbamento n.º of. 2 à inscrição n.º 14 e inscrição n.º 45; números e data das apresentações: 1 e 2/20050718.

Certifico que, por escritura lavrada a fl. 121 do livro n.º 1 do Cartório Notarial a cargo de Maria Rosa Pereira Correia, foram alterados os artigos 3.º e 4.º, os quais passaram a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes do activo social é de quinze mil setecentos e doze

euros e treze cêntimos e corresponde à soma das seguintes quotas: uma do valor nominal de oito mil e cinquenta euros e dez cêntimos, titulada pelo sócio António Alberto Mendes Veloso; uma do valor nominal de três mil quinhentos e setenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos, titulada pela sócia Dolores da Conceição Batista; uma do valor nominal de mil quinhentos e oito euros e setenta e seis cêntimos, titulada pela sócia Cidália Maria da Cruz Sílvia Rocha; uma do valor nominal de mil e quarenta e cinco euros e sessenta e três cêntimos, titulada pela sócia Elisia Neves Bicho Vieira; uma do valor nominal de novecentos e dezasseis euros e cinquenta e quatro cêntimos, titulada pela sócia Ana Maria Gonçalves Batista Cunha Rosa; uma do valor nominal de seiscentos e dezanove euros e cinquenta e um cêntimos, titulada pelo sócio Alberto Nuno Santos Bastos.

ARTIGO 4.º

A gerência dispensada de caução e com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida pelos sócios Dolores da Conceição Batista, já nomeada gerente e António Alberto Mendes Veloso, que desde já fica nomeado gerente, sendo necessário e suficiente para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos a assinatura de um gerente.

Certifico ainda que cessou funções de gerente na referida sociedade Vera Sílvia Nogueira Mendes Veloso, por renúncia, em 23 de Junho de 2005, tendo sido nomeado gerente António Alberto Mendes Veloso.

Data da deliberação: 23 de Junho de 2005.

O texto actualizado do contrato já se encontra depositado na pasta respectiva.

18 de Julho de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Maria José dos Reis Paixão Mantas*. 2001701616

CONFRARIA DAS CASAS — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Montemor-o-Novo. Matrícula n.º 01085/20041008; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 01/20041008.

Certifico que, por escritura lavrada a fl. 35 do livro n.º 153, datada de 7 de Outubro de 2004, do Cartório Notarial do Centro de Formalidades das Empresas de Lisboa II, foi constituída a sociedade supra-identificada, sendo sócios Catarina Fialho Amador Rebotim Pascoal e Manuel Teodócio Dias Bravo, a qual se rege pelo seguinte teor:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Confraria das Casas — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Avenida de Gago Coutinho, 17, F, rés-do-chão, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, concelho de Montemor-o-Novo.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em mediação imobiliária e administração de imóveis por conta de outrem.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de cinco mil euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais, do valor nominal de dois mil e quinhentos euros cada uma e uma de cada sócio.

2 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não, a nomear em assembleia geral, a qual poderá não ser remunerada conforme aí for deliberado.

2 — Para vincular a sociedade, é necessária a intervenção de dois gerentes, tratando-se de actos de mero expediente, é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

4 — Ficam desde já nomeados gerentes, os sócios.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessação gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o contrato social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, prestado por deliberação tomada por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de noventa dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

8 de Outubro de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Maria José dos Reis Paixão Mantas*.
2001700300

MARCOS LAGE, SOCIEDADE UNIPessoal, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Montemor-o-Novo. Matrícula n.º 01028/20030701; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 05/20030701.

Certifico que, por escritura lavrada a fl. 134 do livro n.º 199 do Centro de Formalidades das Empresas de Setúbal foi constituída a sociedade supra-identificada a qual se rege pelo seguinte teor:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma de Marcos Lage, Sociedade Unipessoal, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 114, 77, Foros Vale Figueira, freguesia de Foros Vale Figueira, concelho de Montemor-o-Novo.

§ único. A gerência poderá deslocar livremente a sua sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e bem assim, criar sucursais, filiais, agências ou outras formas de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na importação, exportação, comércio de representação de produtos alimentares, bebidas, madeiras e flores.

ARTIGO 3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de vinte e cinco mil euros, representado por uma quota de igual valor nominal pertencente ao único sócio.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e a representação da sociedade, pertencem ao sócio único, ficando desde já nomeado gerente, com ou sem remuneração conforme ele decidir.

2 — Para a sociedade ficar validamente obrigada é necessária a intervenção de um gerente.

ARTIGO 5.º

O sócio fica autorizado a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, desde que tais negócios sirvam à prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, mesmo que o objecto desses agrupamentos complementares e ou empresas não coincida no todo ou em parte com aquele que a sociedade está exercendo.

1 de Julho de 2003. — A Primeira-Ajudante, *Maria José dos Reis Paixão Mantas*.
1000232734

HERDADES DO CARAPETAL E ZAMBUJAL, SOCIEDADE AGRO-TURÍSTICA E FLORESTAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Montemor-o-Novo. Matrícula n.º 00632/941227; identificação de pessoa colectiva n.º 503318132; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 00632/941227.

Certifico que, por escritura lavrada a fl. 16 do livro n.º 887-B, datada de 8 de Setembro de 2003, do 4.º Cartório Notarial de Lisboa, foi feito o aumento de capital e sua transformação em S. A., a qual se rege pelo seguinte teor:

CAPÍTULO I

Firma, sede e objecto

ARTIGO 1.º

Firma e sede

1 — A sociedade adopta a firma Herdades do Carapetal e Zambujal, Sociedade Agro-Turística e Florestal, S. A.

2 — A Sociedade tem a sua sede no Monte do Zambujal, freguesia de Santiago do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo.

3 — Por simples deliberação da administração pode ser transferida a sede para qualquer outro local no mesmo concelho ou para qualquer outro local situado em concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

Objecto

A Sociedade tem por objecto a exploração agrícola, pecuária, turística, gastronómica, florestal e actividades complementares e afins em propriedades suas ou arrendadas.

CAPÍTULO II

Capital social, acções, obrigações e aplicação de resultados

ARTIGO 3.º

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de € 50 000 e encontra-se representado por 50 000 acções, com o valor nominal de € 1 cada.

ARTIGO 4.º

Acções

1 — As acções são ao portador ou nominativas, reciprocamente convertíveis, sendo representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas mil ou múltiplos de mil acções.

2 — Os títulos definitivos e provisórios são assinados por dois administradores ou pelo administrador único, podendo as assinaturas ser substituídas por chancela autorizada.

3 — A sociedade pode emitir acções escriturais nos termos da lei aplicável, considerando-se aplicáveis às acções escriturais que venham a ser criadas ex novo ou por conversão todas as referências no presente contrato de sociedade relativas às acções ao portador, com as necessárias adaptações.